



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA
ESCOLA INCLUSIVA**

Elaci Ferreira de Paiva

FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil

2010

**FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA
ESCOLA INCLUSIVA**

por

Elaci Ferreira de Paiva

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA ESCOLA
INCLUSIVA

elaborado por
Elaci Ferreira de Paiva

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms. Giovana Toscani Gindri- UNIJUT
(Presidente/Orientador)

Profª Ms. Fabiane Romano de Souza Bridi- UNISC\Examinadora

Profª Ms. Lorena Inês Peterini Marquezan -UFSM\Examinadora

FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA

AUTORA: ELACI FERREIRA DE PAIVA
ORIENTADORA: GIOVANA TOSCANI GINDRI
FEIRA DE SANTANA,

O movimento de inclusão escolar vem ainda acompanhado de dúvidas e questionamento exigindo não somente apoio e orientação de especialistas, mas principalmente uma reflexão do lugar da escola no desenvolvimento de relações sociais pautadas no respeito às diferenças. Assim, o presente estudo analisou a importância da inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola bem como a formação do professor na perspectiva da inclusão, pois o cenário atual apresenta fortes indícios de mudanças, demonstrando que a inclusão de pessoas com deficiência é um movimento irreversível, porém, necessita de uma construção coletiva, para contribuir como fator determinante na consolidação das relações democráticas de uma sociedade para todos. Concluiu-se que a escola que pretenda ser inclusiva sem querer modificar em nada seus hábitos estará fadada ao fracasso. O compromisso ético exige que se abandone os discursos vazios em prol de ações efetivas e coerentes com o movimento inclusivo. Ele demanda, em suma, que se lute contra as situações de discriminação, favorecendo as rupturas culturais necessárias a uma nova educação e sociedade inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão; Portadores de Necessidades Especiais; Escola regular

ABSTRACT

The motion of school inclusion is also accompanied by doubt and questioning, requiring not only support and guidance from experts, but mainly a reflection of all schools in the development of social relationships based on respect for differences. The present study examined the importance of including people with disabilities in school and teacher education from the perspective of inclusion, because the current scenario presents strong evidence of change, showing that the inclusion of people with disabilities is an irreversible trend, however, requires a collective work, to contribute as a determining factor in the consolidation of relations of a democratic society for all. It was concluded that the school intends to be inclusive without wanting to change their habits in any way is doomed to failure. The ethical commitment requires us to abandon the empty towards effective action and consistent with the inclusive movement. It demands, in short, that fight against situations of discrimination, favoring cultural breaks necessary for a new education and inclusive society.

Key words: Inclusion, Special Needs; Mainstream

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. SOBRE A INCLUSÃO DO SUJEITO COM NECESSIDADES ESPECIAIS CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	9
1.1 Diferentes vertentes conceituais e a inclusão escolar	
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	22
3. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5. REFERÊNCIAS	36

APRESENTAÇÃO

A cada dia, damos conta que a inclusão é realidade e está acontecendo em espaços escolares. E no cotidiano da sociedade brasileira, nunca se ouviu falar tanto acerca da inclusão e após longa história, este tema vem conquistando lugar de destaque, e pessoas com necessidades especiais organizam-se na luta pelo direito de cidadania reivindicando a garantia de acesso aos bens de serviço, trabalho, lazer e principalmente a educação de qualidade na escola regular.

Nesta perspectiva, no contexto atual, as escolas não podem recusar matrículas de alunos com necessidades educativas especiais, porém a educação defronta-se com o desafio de oferecer ensino de qualidade para que todos venham ter educação inclusive aos que possuem deficiências, ou outras necessidades educativas especiais, inseridos no sistema regular de ensino e colocar em prática o princípio de “Educação para Todos”. Proclamada pela ONU, em 1990, na Conferência Mundial realizada em Jontien na Tailândia, e reafirmando em 1994, na Espanha, pela Declaração de Salamanca, tal princípio garante o direito de todas as crianças frequentarem a escola com outras de mesma faixa etária, independentemente de possuir algum tipo de limitação física, sensorial ou intelectual.

Todo processo de mudanças pelo qual passou a educação durante os anos 80 impulsionou as discussões acerca da Educação Inclusiva. Em nosso país, através das ações do MEC foi possível a idealização e efetivação de leis que atestaram a Educação Inclusiva, especialmente com a publicação da Política Nacional de Educação Especial em 1993 e da LDB 9394/96. Apesar das leis o movimento em prol da Educação Especial ainda provoca incertezas com relação ao papel da escola frente às iniciativas de uma educação que respeite a diversidade e trabalhe com as diferenças num contexto, verdadeiramente, inclusive e não apenas recebedor de alunos com necessidades educacionais especiais.

A falta de políticas públicas relacionada à educação especial, por muito tempo foi de caráter privativo pois, portadores de deficiência eram atendidos em instituições filantrópicas, religiosas ou asilos que simplesmente os acolhiam e os segregavam deixando-os excluídos, permanecendo ali na inutilidade, improdutivos à margem da sociedade.

Feitas estas considerações iniciais, o presente estudo analisou a importância da inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola, bem como a formação do professor na perspectiva da inclusão. O estudo se justifica e se faz relevante, pois a cada dia que passa a inclusão de fato é necessária tanto no que diz respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais quanto às altas habilidades. A direção, porém, necessita de composição coletiva num esforço comum a todas as pessoas na conjuntura social.

Para realizar a presente pesquisa dentro do campo educacional faz necessário ter a consciência de que toda investigação busca primeiramente responder questões de um sujeito que também faz parte deste cenário educativo, e para responder inquietações pessoais parto de uma abordagem qualitativa, pois me sinto parte desta pesquisa. E opto por uma pesquisa bibliográfica, pois conforme Severino (2007) utilizarei obras decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.

Como pessoa envolvida com a educação acredito que o presente estudo poderá responder inquietações... Angústia de um professor que a cada dia sente-se mais desafiado pela emblemática – Educação Inclusiva.

1.SOBRE A INCLUSÃO DO SUJEITO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Na busca de compreensão da proposta de educação inclusiva, defendida e proclamada nos documentos e políticas de quase todos os países, inclusive no Brasil, nas últimas décadas, discutir a inclusão sem discutir o seu contraponto, a exclusão na escola e em outras instituições sociais, dos grupos minoritários e em situações de desvantagem, parece-nos que a análise ficaria incompleta. Para se esclarecer sobre o conceito de exclusão, Zaluar (1997, p.29) em seu artigo *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*, recomenda diferenciar duas ordens de problemas, o teórico e o prático-político. O termo exclusão vem diante do contexto da educação inclusiva, enfim, “A exclusão vincula o econômico ao político e ao social, mas tem por referências, além da cidadania e da inserção na sociedade nacional, as fronteiras não explicitadas entre os grupos e a lógica classificatória”.

Na sua dimensão política, o contexto de integração por sua vez persupõe à adaptação do aluno a escola, do sujeito a sociedade na qual está inserido, portanto para que o sujeito faça valer seus direitos de cidadão e que possa mostrar suas capacidades, seu potencial, suas competências, a sociedade deve apoiá-lo acreditar que é capaz, respeitando suas limitações e suas diferenças, porém o sistema educacional ainda apresenta muitas dificuldades para lidar com estas relações aos direitos que todos os seres humanos com ou sem limitações sejam aceitos no processo de integração e inclusão e aceitação da alteridade e relacionamento das diferenças no convívio com a diversidade.

O entendimento de que essas diferenças não podem ser geradoras de exclusão ou impeditivas da construção da igualdade, coloca na agenda de todas as instituições sociais a inclusão, sem a qual toda a legitimidade dos princípios democráticos está ameaçada (AQUINO, 1998, p.116).

Inclusão e exclusão referem-se a situações advindas tanto das relações sociais e relações de produção, quanto das relações sociais, culturais e de cidadania. O conceito de cidadania encontra-se relacionado à idéia de ser cidadão, o

indivíduo que participa na sociedade, na produção, o acesso igualitário do atendimento aos serviços sociais básicos como educação, saúde, segurança, etc. “Cidadão é aquele que, mesmo diferente do ponto de vista cultural, físico, religioso ou de habilidades profissionais, tem participação na produção, e em todos os serviços básicos” (BONETI, 1997, p. 203).

A cidadania é um processo de crescimento pleno do cidadão ativo/participativo independente de sua deficiência, atuante, participativo e ativo na sociedade em que está inserido, tanto no contexto social, quanto no cultural no espaço público ou privado, sendo respeitado nos seus direitos, individual ou coletivo, na sua moral, dignidade, direitos a liberdade de escolha, de expressão, no convívio familiar ou comunitário, tendo direitos iguais, oportunidades de emprego e lazer e participação na sociedade como está escrito na Constituição Federal Brasileira.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 1997, na pesquisa nacional por amostra de domicílio, “os 10% brasileiros mais ricos concentram cerca de 45% da renda nacional e os 10% brasileiros mais pobres não chegam a 1% da renda do país” (CARVALHO, 2000, p.88).

No primeiro parágrafo do prefácio do nosso Programa Nacional de Direitos Humanos, publicado pelo Ministério da Justiça em 1996, página 5, consta que “não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorrem em nosso país”. Neste programa, evidencia-se a preocupação do governo em desenvolver uma sociedade democrática calcada na igualdade e liberdade. Uma sociedade na qual os direitos humanos: cívicos, políticos, econômicos, sociais e culturais sejam respeitados e protegidos, repudiando-se todas as formas de exclusão. Porém, o processo de inclusão não seja recente, a prática vem exigindo estudos, reflexões na sociedade o qual está sendo marcado por ações oficiais no âmbito nacional em todas as esferas na qual se refere à cidadania e a políticas públicas. No tocante, a educação é de assegurar serviços educacionais com objetivo de garantir a acessibilidade e a permanência a educação regular formal, que permita o desenvolvimento das potencialidades a todos, perpassando por todos os níveis de educação, ensino e aprendizagem.

Neste sentido e com muita propriedade Bobbio (1992, p.5) quem nos ensina: “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem.”

Como afirma Coraggio (1996 *apud* CARVALHO, 2000, p.99) ,

[...] a mesma sociedade que cria e mantém mecanismos de exclusão, desenvolve políticas assistencialistas que, por seu caráter instrumental não resolvem a natureza reprodutiva dos problemas cujos efeitos pretendem compensar, cristalizando-se, portanto, os padrões de exclusão e de segregação.

Porém, na mesma sociedade que exclui, surgem movimentos pró-inclusão, liderados pelos mesmos grupos de excluídos, como é o caso do movimento de luta dos deficientes, das mulheres, dos homossexuais, etc, e por outros grupos interessados na conquista e garantia nos direitos explicitados nas constituições. Nos movimentos pró-inclusão destacam-se a Conferência Mundial de Educação para Todos e a Conferência Mundial de Salamanca.

O movimento de inclusão nas últimas décadas tem tomado força, e é nesse sentido que atualmente, diante da

[...] multiplicidade das diferenças humanas que povoa o tecido social contemporâneo, a palavra de ordem de todas as instituições civis, e particularmente da escola é uma só: inclusão, sem a qual toda a legitimidade dos princípios democráticos está irremediavelmente ameaçada (AQUINO, 1998, p.8).

Incluir é a palavra do momento, porém, no contexto educacional há duas formas de excluir, dificultar o acesso ao sistema e a de expulsar as pessoas com necessidades educativas especiais por falta de adaptação dos sistemas educacionais, no entanto, é de grande importância e relevância que as instituições Educacionais se organizem no interesse de oferecer oportunidades e as diversidades implicadas no contexto a fim de que a exclusão e a segregação nos espaços educativos especiais correspondam as diversidades e as dificuldades, acomodando todos os estilos e ritmos de aprendizagem assegurando uma educação de qualidade para todos adaptando, e adequando seus currículos e não querendo que todos sejam iguais e sim modificando, organizando estratégias de ensino a fim

de que a diversidade seja atendida com as ações implementadas no contexto de uma educação inclusiva voltada para todos.

Com propriedade Mantoan (2001, p.58) afirma: “pertencer à comunidade é uma necessidade fundamental de toda pessoa e um direito que lhe deve ser garantido.” Completando este pensamento, se às pessoas é negado este direito, “se nós excluimos as pessoas, estamos programando-as para a grande luta de suas vidas: conseguir estar dentro de pertencer a.” (FOREST; PEARPOINT, 1997, p.139).

A escola vem produzindo, desde a sua fundação, a exclusão. Nesse sentido, refletir sobre a escola inclusiva desvela todos os aspectos referentes à exclusão existentes tanto na escola, quanto no contexto social.

A efetivação de uma escola inclusiva não conta com caminhos prontos, haja vista que a sua constituição advém da ruptura com prática que perpetuam a exclusão, evidenciada ao longo do percurso histórico de todo processo escolar e que vigoram até os dias atuais. A escola e a sociedade caminham lado a lado, uma interferindo na outra. Assim, se a sociedade for seletiva, a escola também o será, perpetuando práticas que colocam à margem de seus processos, pessoas com deficiências. É necessário identificar os procedimentos de exclusão escolar para que se rompa com essas práticas, que passa pelo acesso e permanência na escola, sua organização e desenvolvimento dos profissionais.

Tudo é, de fato, muito novo. E a escola é velha na sua maneira de ensinar, de planejar, de executar e de avaliar seu projeto educativo. O tradicionalismo, o ritualismo de suas práticas cegam a grande maioria de seus professores e pais, diante das transformações, dos caminhos diferentes e não-obrigatórios do aprender. Persistem ainda os regimes seriados de ensino, os conteúdos programáticos hierarquizados, homogeneizadores, que buscam generalizar quem ensina e quem aprende (MANTOAN, 2001, p. 8-9).

A exclusão social manifesta-se também de forma cruel pela escola, eximindo-se de toda culpa e transferindo esta ao aluno. É preciso que a escola entenda que o conhecimento se constrói através das relações interpessoais, da capacidade inerente ao ser humano de respeitar aos outros e a si próprio e desta forma, criar vínculos com as pessoas e o ambiente, a fim de que seja possível construir-se conhecimentos significativos.

A origem do conhecer é, certamente, o desejo de estabelecer e fortalecer esses vínculos que contextualizam, humanizam, criam laços entre o objeto e o sujeito do conhecimento. Os laços afetivos fazem o conhecimento expandir-se, extrapolar o seu lado meramente cognitivo e penetrar em regiões mais fundas e significativas – as emoções, as sensações que surgem do aprender “com os outros de fazer a quatro mãos (MANTOAN, 2001, p.10).

Esta é a ética que deve permear a escola, tendo em vista a inexistência de verdades absolutas e a consciência de sermos seres inacabados, atuando historicamente em busca de uma sociedade menos desigual. A partir do movimento da Educação para Todos, passou-se a reconhecer a necessidade da inclusão, que requer para sua efetividade, uma escola de qualidade, onde não haja segregação e exclusão; enfim, uma escola que atenda às diversidades. A escola atravessa um processo de redemocratização, objetivando assegurar o direito de cidadania, buscando o acesso ao conhecimento e à formação. A luta do movimento da Educação Inclusiva é pelo direito ao ingresso e permanência na escola e que esta viabilize condições de equidade, oportunizando a todos acesso ao saber, a construção de conhecimento e a formação cidadã.

Da forma como está posta a educação inclusiva, atender a todos, inclusive aos deficientes impõe à escola mudança no seu sistema, adaptando seus programas e estrutura física, metodologias, tecnologias e instrumentalizando continuamente, especialistas, professores e funcionários, além dos demais membros que integram a comunidade escolar, inclusive os alunos e seus familiares. As escolas inclusivas oferecem todos os suportes aos alunos com necessidades especiais e aos professores, no entendimento de que a escola deve ser capaz de responder às diferenças e necessidades individuais de um aluno que reflete a diversidade humana presente numa sociedade plural.

A mudança de atitudes com relação às diferenças entre os alunos é fundamental nesse processo. Segundo Pinto (1999, p.2), “a construção da escola inclusiva não tem caminhos prontos.” A trajetória da escola inclusiva não está pronta, nem acabada, a cada dia movimentos nacionais e mundiais impulsiona políticas educacionais com interesses de ofertar escolas onde todos têm direitos e acessos iguais aos equipamentos de produção e aprendizagem professores preparados e qualificados para lidarem com pessoas diferentes não levando só em conta capacidades intelectuais, mas também seus interesses e motivações.

“A construção da sociedade / escola inclusiva se dará a partir da desconstrução das práticas excludentes e a construção de novas práticas substituindo estas”.

A desconstrução e construção passam pelos principais processos escolares de: acesso; organização escolar; desenvolvimento profissional (formação do professor); e relacionais. Os procedimentos de acesso deverão ser democratizados para garantir educação a todas as crianças, adolescentes e jovens que a ela não tiveram acesso na idade própria, como recomenda a LDB 9394/96. Buscar formas de cadastramento das pessoas com deficiência em conjunto com todas as crianças é o primeiro passo. A identificação das deficiências e necessidades especiais do educando deve estar voltada exclusivamente para identificação dos aspectos fundamentais para organização do atendimento especializado.

Desfazer a cultura de dificultar, negar matrícula, ou encaminhar o educando para escolas ou clínicas especializadas é de fundamental importância para a construção do acesso de todos à escola. Implementar na escola o conhecimento dos aspectos legais e pedagógicos em vigor, pois o seu desconhecimento contribuem com a cultura da exclusão. Enfim, garantir a matrícula, promover a eliminação das barreiras arquitetônicas, atitudinais e as condições materiais adequadas às necessidades dos alunos e assumir uma posição de desvelar as práticas segregativas existentes no desenho físico e pedagógico da escola, na constituição de turmas, nos processos de avaliação, na organização do currículo, na concepção de aprendizagem e na concepção de educação escolar é que irá possibilitar uma educação de qualidade para todos.

Desfazer a lógica da exclusão passa por analisar os processos escolares com a lógica das potencialidades, probabilidades, facilidades e equiparação de oportunidades, elaborando novos planos e processos. Neste sentido Mantoan (2001, p.112) complementa que:

[...] mudar a escola é uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes; tendo como eixo das escolas a aprendizagem, pois as escolas existem para que todos os alunos aprendam; garantir tempo para que todos os alunos possam aprender; abrir espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; estimular a formação contínua do professor, pois é o responsável pela aprendizagem dos alunos; e promover uma política de valorização do professor.

Reconhece-se que a institucionalização de fato e verdadeiramente a educação inclusiva é um processo árduo, um desafio, pois envolve mudanças substanciais de concepção de sociedade, de homem e de educação. E segundo Almeida (2000, p.64):

[...] algumas medidas sérias têm que ser adotadas para a construção real da escola inclusiva: unificando o ensino especial com o ensino regular de tal forma que se complementem; priorizar inclusão pela educação infantil, no projeto político-pedagógico da escola e no projeto de sala contemplar a concepção de inclusão; desativar a avaliação diagnóstica tradicional; implantar e implementar programas de formação continuada de professores, reestruturar as escolas especiais para possibilitar os atendimentos clínicos com qualidade e abolir todos os serviços segregados.

Reafirmando a importância da educação para todos e com qualidade, Dejors (*apud* ALMEIDA, 2000, p.65) nos afirma que “ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social.”

1.1 Diferentes vertentes conceituais e a inclusão escolar

A política educacional e os planos de medidas devem ser executados à luz de determinações legais, porém as leis também se fundamentam como é da natureza do processo evolutivo da sociedade, pelas concepções que melhor respondem às demandas e às necessidades das pessoas numa determinada época de sua história. Essa contribuição de forma organizada e sistemática, feita pelos pesquisadores e estudiosos, tanto quanto a legislação vem agregar inovações substanciais para a melhoria da qualidade de vida de todos. Os estudos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Sociologia, têm contribuído significativamente com a Pedagogia para, a partir de a compreensão de diferentes contextos tornarem possível a denominada “educação inclusiva”.

Os sujeitos ou os grupos minoritários historicamente segregados e estigmatizados se posicionam no tecido social de acordo com a concepção que a sociedade possui de indivíduo, de comunidade e por seus valores éticos, morais e culturais, contextualizados num dado tempo e lugar. Assim, projetos e ações abrem cada vez mais espaços para mudanças de diretrizes, normas, comportamentos,

construído na sociedade que é minoria ao mesmo tempo se organizam e se estruturam com mudanças de paradigmas que gradativamente são frutos de encontros, manifestações retratadas em políticas e textos legais que passam então a regular novas relações sociais. Dos encontros e manifestações gradativamente são produzidos documentos e normas retratados em políticas e textos legais que passam então a regular as novas relações sociais.

Como explicado por Bourdieu (1989, p. 37),

Para não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer esses problemas como problemas legítimos confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais (...). Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi socialmente produzido, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema privado, particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente – (...) ou mesmo num problema oficial, objeto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis ou decretos.

Desde a década de 70 em escala mundial, as discussões sobre inclusão social estão gerando profundas transformações no pensar e no agir da sociedade, o que altera substancialmente a prática das relações estabelecidas até então. Já em 1988, a nossa Constituição Federal, já sinalizava em seu Art. 208, inciso III – “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, o preceituado em 1994 pela Declaração de Salamanca em sua Linha de Ação em Novas Idéias Sobre Necessidades Educativas Especiais, no Item 7 (p.05) “O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.”

A denominada “inclusão social” é uma formulação ideológica que aponta para os seguintes princípios: o de reconhecer e respeitar as diferenças e a equiparação de oportunidades frente à diversidade de condições humanas, como expõe De Paula (1996, p. 98):

O acesso à cidadania é hoje, o grande problema ético do nosso tempo, o de como a nossa consciência moral pode ser aplicada ao constatar a injustiça e a desigualdade. Uma sociedade pode julgar-se ética e negar a cidadania como direito de qualquer homem? No Brasil, a desigualdade social tem acirrado os debates sobre cidadania, democracia e ética, sobre o direito à diferença e a garantia dos direitos das minorias.

Os ideais de liberdade e desigualdade diante da diversidade necessitam de cuidados peculiares para que não se converta em desigualdades, privilégios ou oportunidades frente as diversidades.

Para que esse direito se efetive, exigem-se providências multidirecionais e ajustamentos culturais, tanto da sociedade civil, como do poder público, para favorecer a coesão social. A prática da “inclusão social” não é tão simples. Embora alicerçada na ética das relações e, num corpo rico de leis e declarações de direitos, sua compreensão aparentemente de uma lógica linear, é um processo complexo, pois não bastam intervenções práticas e superficiais para sua efetivação. As mudanças que precisam ocorrer são profundas, pois implicam em questionamentos sobre concepções de vida e valores morais e éticos das pessoas e das instituições. Estas transformações desestruturam os conceitos e os preconceitos há muito cristalizados, colidem com forças dominantes de sistemas macro econômicos, ideologias políticas e sociais, entre outros. Como afirma Plaisance (2001, p. 76-8):

É, portanto, em um contexto social e escolar mais amplo que é conveniente compreender as evoluções dos dispositivos escolares destinados às crianças com problemas em relação ao objetivo oficial de inserção escolar, assim como identificar as dificuldades que subsistem a ela. A este respeito, deve-se, sem dúvida, estar atento à ambigüidades da terminologia referente à integração.[...] A integração escolar das crianças com deficiência não está diretamente superposta a estas análises das políticas sociais. Ela suscita questões da mesma ordem, quando é o caso do lugar da diversidade no conjunto social e da personalização nos processo de socialização e de aculturação.

Para atingir um estado de harmonia social, no qual todas as pessoas convivam dignamente, com acesso garantido a todos os bens, aos serviços e ao conhecimento é imprescindível que algumas mudanças fundamentais ocorram, como: o reconhecimento das diferenças como fator inerente à vida, e não como indicador de valoração social entre as pessoas; o respeito à individualidade; o entendimento da equiparação de oportunidades como condição para a igualdade social e não como oferta de privilégios. Contudo, os direitos fundamentais do

indivíduo são inerentes à condição de cidadão, portanto devem estar garantidos e não, simplesmente, serem concedidos. O sentimento de solidariedade, de respeito pelo outro, enfim os valores elencados para a construção da “sociedade inclusiva” só existirão como consequência de condições equilibradas de participação da vida social para todos. A discussão centrada na “inclusão social” é empobrecida pela pouca abrangência da percepção do que acontece no entorno da situação que levou o sujeito a “estar excluído”, que é a idéia também estreita e monocular de “exclusão social”.

Os argumentos que têm sido apresentados sobre a necessidade da escola ser inclusiva são de natureza social e moral. A educação pode colaborar para o estabelecimento das bases para uma sociedade realmente democrática, com sentido de pertencimento e na qual ser diferente seja aceito e valorizado. O sistema educacional, tendo a escola como espaço privilegiado para o estabelecimento e desenvolvimento de relações sociais, não pode estar alheio a essa realidade. É, como primeiro espaço de socialização fora do núcleo familiar das crianças, a escola oferece as melhores oportunidades nessa fase da vida, para aprender a compartilhar e a conviver com as diferenças.

A democratização do acesso e a garantia de equidade já são claramente demandas prioritárias da população, para a qual a escola se transformou num dos mais importantes instrumentos de “inclusão social” e de redução de desigualdades, como De Paula, (1996, p. 99) esclarece:

Entre as práticas sociais, a educação, por seu caráter formativo e ideológico de transmissora de conhecimentos e de valores da sociedade, interessa-nos especificamente. A exclusão de um indivíduo do sistema educacional certamente o privaria de uma série de bens culturais e intelectuais, caros em nossa sociedade letrada, capitalista e industrial, impedindo ou prejudicando a sua integração à comunidade no que tange a oportunidades de trabalho e convívio social. A privação torna-se mais acentuada em se tratando de um portador de deficiência mental, que devido a sua especificidade, encontra-se, em sua grande maioria, excluída da educação regular e destinada a receber formação educacional, a que faz jus, através de uma rede paralela de ensino denominada educação especial.

Para tanto, pressupõe-se que a escola tenha um projeto político-pedagógico adequado à sua comunidade. A construção desse projeto deve ser alicerçada na participação de todos os sujeitos, de toda a comunidade escolar. Esse processo é permeado por conflitos necessários para que se constitua num projeto que de fato

atenda às demandas sociais. Projetos pedagógicos, norteados pela noção de “inclusão social” tem suscitado questionamentos sobre a inclusão escolar, sobre seu campo de ação e a quem se destina.

Alguns equívocos têm ocorrido na interpretação da “educação inclusiva”. Muitos entendem que consiste no processo de educação de alunos com necessidades especiais, outros a utilizam como sinônimo de Educação Especial ou ainda, que é a simples inserção de alunos com necessidades especiais nas classes comuns. Mazzotta¹(ANO) assim expõe:

Enquanto elemento intrínseco e nuclear da educação escolar, a inclusão passou a ser o propósito principal da organização de grupos sociais em meados nos anos noventa, inicialmente na Europa expandindo-se para diversos países, entre eles o Brasil. Consolidando um importante movimento social, a idéia da inclusão escolar incorporou-se ao discurso oficial sob a denominação EDUCAÇÃO INCLUSIVA. No entanto, constata-se imprecisão no sentido e abrangência da EDUCAÇÃO INCLUSIVA e da EDUCAÇÃO ESPECIAL, ora colocadas numa relação de oposição, ora de superação ou incorporação, tanto nos textos legais e normativos quanto nos discursos de multiplicadores dessas idéias, com a conseqüente desqualificação da educação especial e dos profissionais que nela atuam, como sendo artífices de uma perversidade social e cultural.

Esses desencontros conceituais são positivos para o sistema educacional. O movimento causado pela modalidade educação especial, ao trazer a público o pleito de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais pela efetivação de seu direito à educação e de participação na vida comunitária, suscitou a discussão sobre a questão da “inclusão social” e da necessidade de melhoria da qualidade do ensino nas escolas. O impacto inicial e a reação causada, mesmo que violentamente contrária à inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades especiais, quebrou a preocupante apatia do professor no sistema de ensino. Há alguns profissionais de diferentes áreas do conhecimento e inserção profissional, que entendem que uma “escola inclusiva” é aquela escola do ensino regular onde estudam também alunos com deficiências. Outros entendem a “escola inclusiva”, como a escola que acolhe a todos os seus alunos, que é responsiva aos seus anseios, e que se constitui num espaço de socialização e de garantia, sobretudo, para que esses alunos evoluam no processo de escolarização.

¹ MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Política Educacional, Integração e Inclusão Escolar. *Encontro Estadual de Educação: A Inclusão no Cenário Escolar*. São Paulo: SEE/CAPE. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 13 nov 2009.

Ora, esse desenho de “escola inclusiva”, traduz a expectativa da sociedade sobre o que se espera da escola. Aliás, o que é dever da escola. Portanto, a noção de “escola inclusiva” se aplica a toda escola que desempenhe bem seu papel educacional. Essa adjetivação é uma tendência atual que apesar de ter seus defensores, nada mais é do que uma forma de transferir para a escola o problema gerado pelo acirramento das desigualdades sociais, como se a escola fosse responsável pela própria crise social, porque não educa, mas ela não pode educar quem não chega até ela.

É inegável que existem mecanismos e dinâmicas sutis de enfraquecimento dos laços sociais que levam o indivíduo a um “escape”, desassociando-se das instituições sociais em momentos e contextos diferenciados. E essa questão extrapola a competência da escola. Para comprovar essa afirmação, basta analisar o cotidiano dos grupos sociais: o embrutecimento das relações entre as pessoas; a competição assumida como atitude do comportamento humano, cujo desenvolvimento se prioriza desde a infância; o individualismo alienado e que impede o sujeito de participar ou de se sentir responsável pela problemática social; a violência urbana; a falta de respeito com a liberdade do outro; enfim, fatos que não serão revertidos pela ação “redentora” da escola. A educação é uma das instituições sociais prioritárias e imprescindíveis para a vida dos indivíduos. É um direito de toda criança e jovem.

A “inclusão escolar” na verdade não deveria ser discutida, mas sim a idéia de pertencimento, de construção e fortalecimento de laços sociais do sujeito. Esse papel deveria ser inerente à escola. O aluno não tem que “ser incluído”. Se a escola possui um bom projeto pedagógico, articulado primeiramente no nível das relações entre seus atores, o sentimento de pertencimento é natural. Ao contrário do que preconiza a integração escolar, segundo a qual a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso recai inteiramente sobre o aluno que deve mostrar-se “apto”, adequar-se ao sistema de ensino. A integração é um processo que pressupõe níveis de inserção no caso dos alunos com necessidades especiais, que deveriam demonstrar competência para fazer parte de uma classe comum. De acordo com Mittler e Mittler (2001, p.61):

Integração, como entendida tradicionalmente, envolve a preparação da criança para que ela possa se adaptar acadêmica e socialmente a um ambiente com crianças normais, mas sem pressupor que deva haver

qualquer mudança na organização ou no currículo da escola. Para ser integrado com sucesso, espera-se que o aluno se adapte à escola, em vez de a escola adaptar-se a ele.

O que tem sido considerado como “educação inclusiva”, segundo Mittler & Mittler (2001, p. 61) é a forma de promover condições de acesso à educação, o respeito à diversidade das necessidades e ao percurso educacional de cada um, de forma que esse tenha qualidade e significado tal que o beneficie na construção de sua autonomia e independência como cidadão. Essa concepção implica transformação de todo o sistema de ensino, da estrutura e da qualidade dos serviços à formação e à construção de um novo perfil do docente e dos demais profissionais envolvidos nesse processo: “A inclusão é um caminho a ser trilhado, mais do que um destino, um processo mais do que um objetivo a ser atingido, compreendendo uma série de características distintas.” MITTLER & MITTLER (2001, p. 61)

Fortalecendo essa necessidade de renovação, reivindicações sociais pressionam pela realização dos direitos retratados na legislação. Essa busca encontra-se em diferentes momentos de avanço, pois ela tem, no entanto, um horizonte definido: a escola. Essa, além de ser um espaço de mediações sociais e de construção do conhecimento, constitui-se num dos principais ambientes de convivência social e deve propiciar a todos os alunos oportunidades para cultivar a solidariedade, o sentido de pertencimento e a capacidade de crescimento diante das diferenças. Da forma como vem sendo utilizada a expressão “inclusão escolar” designa um processo que pressupõe o preparo do sistema educacional, envolvendo recursos humanos, materiais e mecanismos de suporte que assegurem o ingresso, o tempo adequado de permanência e o sucesso educacional para cada uma das crianças na escola e tudo isso não diz respeito ao aluno, mas sim, ao sistema.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O movimento de integração social, que teve início a partir do final da década de 60, procurou inserir as pessoas com necessidades especiais nos sistemas sociais gerais, como a educação, o trabalho, a família e o lazer. A integração tem por objetivo inserir estes na sociedade, desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Constitui um esforço unilateral da pessoa deficiente e seus aliados no processo, para alcançar padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade vigente. Segundo Sasaki (1997, p.34-35):

A interação social atualmente ocorre pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguem por méritos próprios utilizar os espaços físicos e sociais, assim como seus programas e serviços, sem qualquer modificação por parte da sociedade; pela inserção de pessoas que necessitam de alguma adaptação no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum, a fim de só poderem conviver com as demais pessoas da sociedade; ou pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais.

Estas formas de integração social pouco demandam da sociedade e nenhuma delas satisfaz plenamente os direitos de todos os deficientes.

Na segunda metade dos anos 80, nos países mais desenvolvidos, o movimento de inclusão já havia iniciado chegando nos países em desenvolvimento por volta da década de 90 e atingindo todos os países na primeira década do século XXI (WERNECK, 1997, p.14). Este movimento objetivou construir uma sociedade para todos, levando-se em consideração a importância da igualdade das minorias, valorizando a diversidade humana e enfatizando o direito de ser cidadão. Segundo Boneti (1997, p.203):

O conceito de cidadania é associado à idéia do ser cidadão. Cidadão é aquele que, mesmo diferente do ponto de vista cultural, físico, religioso ou de habilidades profissionais, tem participação na produção e em todos os serviços básicos relacionados.

Conforme Carvalho (2000, p.76), historicamente a educação especial “se originou e se organizou para o atendimento educacional escolar de alunos com deficiência como sistema paralelo à educação comum.” Embora o conceito de educação especial esteja passando por uma profunda revisão, em função da proposta inclusiva, ainda prevalecem as oposições binárias: normalidade x

anormalidade; saúde x patologia; maioria x minoria; e pedagogia terapêutica x ensino comum... vigora o paradigma do modelo clínico, no qual se inspira a pedagogia terapêutica ou educação compensatória, destinado aos alunos que fogem da normalidade, e no imaginário coletivo, a educação especial e para os anormais.

Efetivar a Escola Inclusiva não é uma dificuldade apenas nossa, tampouco deste momento. No Brasil, desde 1995, o tema *Inclusão* vem sendo incorporado aos estudos, debates e aos objetivos daqueles que lidam com a questão dos deficientes – as instituições e profissionais, isolados ou pertencentes a organizações não-governamentais, aos Departamentos de Educação Especial, às Secretarias de Educação de estados e municípios e ao próprio Ministério da Educação e do Desporto, vem requerendo reflexões que possibilitem mudanças atitudinais em relação a pessoa com deficiência. De acordo com Werneck (1997, p.15):

Os movimentos dirigidos por pessoas com deficiências por meio de associações e centros de vida independente, iniciado nos EUA em 1972 e no Brasil em 1988, foram responsáveis pelo despertar da consciência da sociedade em geral a respeito dos direitos das pessoas deficientes à educação, ao trabalho, vida social, etc. E também, os pioneiros em apontar as formas injustas com que as pessoas deficientes eram tratadas na hora em que procuravam ter acesso aos bens e serviços garantidos por esses direitos. Eles foram também pioneiros em alertar para a necessidade de mudanças radicais na sociedade.

A Educação Especial no Brasil está diante de um grande desafio, de mudança de paradigma, a de ser uma educação segregadora e segregada ministrada em escolas e instituições de caráter terapêutico, de reabilitação e de assistência, para uma educação inclusiva, inserida no âmbito da educação nacional. No Brasil, a história não é diferente de outros países. Mesmo sendo signatário de documentos internacionais que endossam a política de educação inclusiva, e a despeito dos esforços para concretizar essas recomendações em seus textos legais, na prática verifica-se ainda uma grande discrepância entre a lei e a práxis pedagógica.

De acordo com Skliar (1997) em sua obra *Educação x Exclusão*, abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial, discute a educação especial sob o prisma sócio-antropológico e faz uma análise a partir de colocações históricas, metodológicas, comunicacionais e cognitivas, levando em consideração as demandas atuais da educação especial. Pode-se levantar vários fatores que caracterizaram a Educação Especial vivida hoje. A definição sobre o que é e o que

não é educação especial, em que sentido se justificou uma forma especial de entender e produzir uma educação para todos e para determinados sujeitos; alunos com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas altas habilidades que também têm integrado o alunado da educação especial.

Parte-se do princípio de que alunos portadores de necessidades educacionais especiais não aprendam tanto quanto alunos “ditos normais”, porém, se as intuições se adequarem e profissionais forem inclusivos e reimensionem

Um obstáculo à definição de educação especial é como afirmar que surdos, cegos e deficientes mentais são sujeitos educacionais especiais? Se o critério é o de caracterização excludente a partir da deficiência que possui, então não está se falando de educação e sim de uma intervenção terapêutica. Por outro lado, se fala de escola especial o local onde se contém fisicamente sujeitos especiais, então não se trata de escola, mas sim de um hospital. Por outro lado se especiais porque pretendem desenvolver uma didática especial para aqueles sujeitos deficientes, então pode ocorrer que em vez de processos interativos de educação exista uma aplicação sistemática de recursos, exercícios e metodologias neutras. Enfim, se é especial assim como é menor, porque opera sobre sujeitos menores levam-nos à discussão de que existem dois tipos de educação: a melhor, aos completos e a outra menor aos incompletos.

Na abordagem educativa das crianças especiais, há uma predominância do modelo clínico-terapêutico, às vezes com predominância das estratégias terapêuticas, às vezes pedagógica ou combinação entre as duas. Porém, podemos levantar contradições entre os modelos educacionais e modelos clínico-terapêuticos. Segundo Sasaki (1997, p.41):

A concepção do sujeito, a imagem de homem, a construção social da pessoa, etc. desenvolveu-se em linhas opostas ao contrastar a versão incompleta de sujeito no modelo clínico-terapêutico e a versão da diversidade que oferece o modelo sócio-antropológico da educação. Derivando daí conseqüências diferentes, uma questão seria o completamento do sujeito, e a outra, ao contrário, seria a do aprofundamento dos aspectos comuns próprios da diversidade cultural. Numa visão clínica dentro da educação especial os esforços pedagógicos são no sentido de uma cura da deficiência.

O questionamento implícito a esta questão é se tiramos ou se reduzimos o tamanho da deficiência, se tiramos e reduzimos as conseqüências sociais. Nessa visão, o fracasso educativo nos induz a pensar que são as próprias limitações dos sujeitos que o determinam, enfim, as causas do fracasso do processo educativo está no sujeito e não na natureza do projeto educativo.

A educação deve buscar caminhos que venha de fato dar sentido a intencionalidade e a necessidade de um projeto pedagógico que reflita no processo educacional na falta de reflexão educativa especial

Entretanto, é necessário incluir a análise dos fatos que governam a educação de crianças especiais dentro dos problemas educativos gerais. O fato de que a Educação Especial esteve virtualmente excluída do debate educativo é a primeira e a maior discriminação, sobre a qual se projetam sutilmente todas as demais discriminações; civis, legais, laborais, culturais, etc.

O direito à educação, conforme Skliar (1998, p.15):

[...] deve ser analisado, avaliado e planejado conjuntamente a partir do conceito de uma educação plena, significativa, justa, participativa, sem restrições impostas pela beneficência e a caridade, sem o obsessão curativa da medicina, evitando toda generalização que pretenda discutir educação só a partir e para míticas crianças normais.

Para concluir essa reflexão sobre educação especial, Carvalho (2000, p.17) propõe que:

[...] por educação especial, entenda-se o conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características bio-psicossociais necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na via comum da educação escolar.

Este conceito traz implicações político-administrativas extensivas a todos os alunos que, no processo de educação escolar, por inúmeras causas, enfrentam barreiras mais complexas do que as enfrentadas por seus pares ditos normais. Pois não é desejável no próximo milênio, a possibilidade do ensino especial expandir-se como um outro sistema.

Espera-se e se deseja que todas as crianças, jovens e adultos, todos (com ou sem deficiência) tenham mais sucesso em suas vidas acadêmicas, e possam exercitar suas cidadanias plenas.

As pessoas com deficiência fazem parte integrante e indissociável da sociedade. Os serviços especializados destinados especificamente a essas pessoas cumprem o papel fortalecedor da segregação, inclusão fixadora na condição deficiente como se não pudessem beneficiar-se de serviços comuns a que as pessoas convencionais da sociedade recorrem (ONOTE, 1994 *apud* SKLIAR, 1998, p.49).

Culminando a nossa discussão sobre a educação especial, é importante esclarecer que os movimentos em prol de uma educação para todos são movimentos de inclusão de todos em escolas de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, para garantir-lhes a permanência bem sucedida, no processo educacional escolar desde a educação infantil até a universidade, e esta tem sido a questão Educação Especial mais discutida no nosso país nas últimas décadas; a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. “E este tema hoje torna-se proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor e, determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal” (GLAT, NOGUEIRA, 2000, p.23).

3. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

No tocante à formação acadêmica de professores, a programação curricular deveria integrar uma disciplina que trabalhasse a educação inclusiva, fazendo com que o professor saísse das faculdades habilitado para trabalhar com crianças especiais e produzir transformações relevantes na ideologia da escola que segrega e exclui.

Considerando os atuais dispositivos legais vigentes “podemos concluir que, hoje, o modelo brasileiro de educação profissional voltado para a carreira do magistério encontra-se desajustado para o novo momento educacional” (GOFFREDO, 1999, p.71) suscitando mudanças para atender a realidade da educação inclusiva, tornando-se evidente a necessidade de ações no âmbito da formação inicial do educador, como também do profissional que já se encontra em atuação, como daqueles que estejam adentrando no sistema, no âmbito da formação continuada.

Uma reforma na formação dos professores caracteriza-se pela necessidade que o professor tem hoje de aprender a identificar e reconhecer as necessidades especiais de aprendizagem e também buscar implementar ações e apoios pedagógicos a todas as crianças com ou sem deficiência, para cumprir a meta de satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada criança, incentivando-a a aprender e desenvolver o seu potencial, a partir de sua realidade particular. O aluno especial deve ser orientado por novas práticas e concepções pedagógicas que atendam à sua diversidade, e os professores devem ser preparados para conviver com as diferenças e para adaptar-se às novas situações que por certo irão surgir na sala de aula.

Os cursos de formação devem ter como finalidade, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade de que vão atuar, e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes viabilize uma ação pedagógica eficaz, que devem estar de acordo com a política educacional e legal vigente.

O documento Formação de Professores para Educação Inclusiva / Integradora, 1998 da Secretaria de Educação Especial nos orienta quanto a alguns conhecimentos que devem ser construídos durante o curso de formação (MEC/SEESP, 1998, p.33):

[...] mecanismos funcionais de cognição das pessoas com deficiência; consciência das suas próprias condições, conhecimentos pedagógicos e metacognitivos; desenvolvimento da capacidade de auto-regular e de tomar consciência das etapas do processo de ensino-aprendizagem; coerência entre sua maneira de ser e ensinar, entre a teoria e prática; capacidade de ministrar aulas sobre o mesmo conteúdo curricular a alunos que têm níveis diferentes de construção, de desempenho acadêmicos; respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; utilização flexível dos instrumentos de avaliação de desempenho escolar, adequando-os às necessidades dos alunos.

Ainda considerando a formação do professor para a educação inclusiva, devem fazer parte da grade curricular, conteúdos referentes à conceitualização, isto é, tipologia das deficiências e a apropriação de conhecimentos didáticos e práticas de ensino que levem em consideração a diversidade dos alunos, possibilitando aos professores condições de adaptar atividades, conteúdos e propostas curriculares relevantes aos alunos deficientes.

A Portaria nº 1.793/94 do MEC recomenda a inclusão da disciplina “aspectos ético-positivos educacionais” da normalização e integração da pessoa portadora de

necessidades especiais prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as licenciaturas. Recomenda, ainda a inclusão destes conteúdos nos cursos de Educação Física das áreas médicas de saúde e social.

A LDBN (Lei nº 9394/96), o PNE (Lei n.º 10172/2001), a resolução CNE/CEB n.º 2 de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, referendados no título políticas públicas no contexto da educação inclusiva, enfatizam a formação dos professores para o ensino na diversidade, assim como para o desenvolvimento de um trabalho em equipe são essenciais para a efetivação da inclusão.

O PARECER nº 17/2001, CEB aprovado em 03.07.2001, estabelece que na construção da inclusão na área educacional no âmbito técnico-científico:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam NEE, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para: I- Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; II- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento; III- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; IV- Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor de classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar:

a) formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e

b) complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e médio.

Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Finaliza que cabe a todos o desenvolvimento de estudos e pesquisas que visem a favorecer a inserção social e educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais e a respeito de inovações no trabalho pedagógico e desenvolvimento e emprego de novas tecnologias no processo educativo de maior importância para o alcance de práticas inclusivas.

O PARECER Nº CNE/CP 009/2001, aprovado em 08/05/2001, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de professores da Educação Básica em Nível Superior, em curso de Licenciatura de Graduação Plena, busca construir sintonia entre a formação de professores, os princípios prescritos pela LDBEN, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio e suas modalidades, bem como as recomendações constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais para educação básica elaborado pelo MEC, apresenta princípios e diretrizes orientadores para a formação de professores, bem como para sua organização temporal e espacial e para uma melhor estruturação dos cursos. A proposta apresenta uma discussão sobre competências e sobre as áreas de desenvolvimento profissional que se deseja formar.

Os professores que já estão exercendo o magistério devem ter os mesmos direitos assegurados, quanto as oportunidades para uma formação continuada, inclusive um nível de especialização conforme prevê o Plano Nacional de Educação - PNE “oferecimento de educação continuada dos professores que estão em exercício.”

Mantoan (2001) pesquisadora e professora de professores, expõe sua experiência em que a proposta de formação de professores baseia em princípios educacionais que reconheçam a cooperação, a autonomia intelectual e social e a aprendizagem ativa como condições que propiciam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como a formação inicial e o aprimoramento profissional dos professores. Concebe o professor como referência para o aluno e não um mero instrutor, e é enfatizada a importância do seu papel na construção do conhecimento, de atitudes e valores do seu aluno. Portanto, a formação continuada vai além dos aspectos instrumentais do ensino.

A proposta de formação valoriza os conhecimentos, a experiência, crenças, esquemas de trabalho, enfim, o saber fazer deste profissional ao entrar em contato com a inclusão. O exercício constante da reflexão e o compartilhamento de idéias, sentimentos e saberes com os profissionais da escola é fundamental no aprimoramento e atualização do professor. São matéria-prima das mudanças, as experiências concretas, os problemas reais, as situações problema do dia-a-dia, vivenciadas em sala de aula. Pouco a pouco os professores vão definindo as suas

teorias pedagógicas através dos questionamentos, da reflexão e análise das circunstâncias e dos fatos vividos. Os professores são incentivados a estudarem juntos a colaborar uns com os outros na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão, a formarem grupos interdisciplinares de estudos nas escolas, entre escolas e por parceiros de outras áreas afins, para o debate e a compreensão dos problemas educacionais à luz de conhecimentos teóricos / científicos atualizados, pois o processo de construção de conhecimentos é interativo.

A autora cita os benefícios do centro de aprimoramento profissional do professor criado por algumas redes e que representam um avanço no sentido da formação continuada; um espaço que o professor e toda a comunidade escolar utilizam para realimentar o conhecimento pedagógico, além de servir igualmente aos alunos e a todos os interessados pela revitalização e discussão dos problemas educacionais no município.

Sobre a formação continuada, segundo Celani (*apud* AQUINO, 1998, p.48), faz-se necessário “um processo, portanto, que dê ao professor o apoio necessário para que ele mesmo se eduque, à medida em que caminha em sua tarefa de educador,” o que seria uma forma permanente de educação, que acompanha o desenvolvimento profissional, e onde o envolvimento do profissional se faz necessário, sendo portanto, mais efetiva. Na discussão à cerca da formação inicial e continuada dos professores, esclarece-se que a formação acadêmica do professor localiza-se entre uma formação que se inicia antes mesmo do seu ingresso na universidade e outra que prossegue durante toda a sua vida profissional e que a formação completa-se em serviço.

Na atual conjuntura de transformação imposta à educação, diante dos desafios da educação inclusiva, a formação continuada se mostra como um caminho capaz de contribuir para a melhoria da qualidade na educação. Perrenoud (2001) nos aponta que a verdadeira profissionalização se dá a partir do momento que ao professor é permitido racionalizar a própria prática, criticando-a, revisando-a, fundamentando-a, ou seja, explicando as razões e os motivos de sua ação, através de estratégias como práticas reflexiva, trocas entre as representações e a prática, observação mútua, metacognição com os alunos, entre outras. Traz-nos a reflexão sobre a dupla função do professor, no tratamento da informação e do conhecimento: uma função didática de estruturação e gestão de conteúdos e uma função

pedagógica de gestão e regulamentação interativa dos acontecimentos em sala de aula, em processo, o que traduz o desafio da competência de adaptação, que é a articulação entre teoria e prática, lidar com o imprevisto originado nas suas ações, bem como lidar com o desconhecido proveniente das reações dos alunos.

Enfim, a profissionalização do professor, segundo Perrenoud (2001, p.66) “é constituída por um processo de racionalização dos conhecimentos postos em ação e por práticas eficazes em uma determinada situação. O professor é o homem de situação, capaz de refletir em ação e adaptar-se frente à nova situação”, sendo esta adaptabilidade docente uma construção e deve estar implementada nas práticas de sua formação.

Pensar a capacitação dos docentes é um dos modos de implementar mudanças na qualidade do ensino com vistas a criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem de todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, sociais e culturais, que pressupõe uma prática pedagógica centrada nos eixos da ética, justiça, cidadania e direitos humanos, entendendo em termos educacionais como a superação da exclusão.

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar, não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

“Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.43). A proposta de formação de professores deve se basear em princípios educacionais que reconheçam a cooperação, a autonomia intelectual e social e a aprendizagem ativa como a formação inicial e o desenvolvimento profissional dos professores.

Segundo Salgado e Miranda (*apud* GALVÃO FILHO, 2001, p.36):

A formação continuada do professor vai além dos aspectos instrumentais, já que tem-se o professor como referência para o aluno e não mero instrutor e seu papel é de fundamental importância na construção do conhecimento, de atitudes e valores. Nos projetos de aprimoramento e atualização do professor, é muito importante o exercício constante de

reflexão da sua prática pedagógica, compartilhando idéias, sentimentos, saberes e angústias, colocando experiências bem sucedidas e situações que desequilibram o trabalho em sala de aula. Esses elementos constituem a matéria-prima das mudanças.

A formação de grupos interdisciplinares de estudos nas escolas para o debate e a conscientização acerca dos problemas educacionais com base em conhecimentos teóricos e científicos atuais também integram este processo. A criação por algumas redes de ensino de Centros de Aprimoramento Profissional do Professor ou Centros de Referência do Professor, representam um avanço no sentido de formar continuamente o professor. Esses centros promovem eventos como seminários, palestras, entrevistas com especialistas, entre outras atividades. Atendem os professores, pais, alunos e a comunidade em geral na busca do saber, conhecendo as novas tecnologias e tendências educacionais na construção de uma escola para todos.

No contexto de uma educação inclusiva, a formação de professores, exige uma definição articulada – mediada pela ética – das dimensões política e técnica da competência profissional que se pretende construir, capazes de prover respostas educativas de qualidade às necessidades educacionais especiais. Na construção dessa competência, o professor deve superar todas as práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, agindo na busca da transformação social para a equidade, a solidariedade e a cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A sociedade discute atualmente políticas de inclusão social, considerando a diversidade como o tema emergente do novo milênio, estimulando práticas que respeitem e integrem as diferenças decorrentes da etnia, credo religioso, gênero, e outras características e atributos individuais.

Em relação à deficiência, a representação da invalidez presente no imaginário social parece lentamente ceder lugar para o reconhecimento e valorização da capacidade da pessoa com deficiência, possibilitando-lhe a participação nas relações de produção de bens e consumo. Se compararmos as barreiras atitudinais do preconceito com as barreiras físicas, estas parecem mais fáceis de ser superadas, pois aquelas dependem de mudanças culturais, do exercício e desenvolvimento de novos valores permeando as relações entre a sociedade e a deficiência.

A discussão da escola inclusiva passa pela avaliação do compromisso dos educadores com seu ofício de educar. Exige apoio e vontade política para mudanças. Na escola pública ou particular os sujeitos enfrentaram muita desinformação e despreparo de professores, ambientes pouco acolhedores, mas também experienciaram apoio solidário e interesse genuíno de alguns professores, abrindo possibilidades de mudanças. Ampliar as oportunidades de inclusão escolar das pessoas com deficiência não significa apenas matrícula garantida mas sobretudo elevar a qualidade da educação, o que envolve a atenção a todos os alunos.

Independentemente de suas diferenças biológicas, sociais, culturais, ideológicas, todos têm direito a apropriação do conhecimento e formação da cidadania. O conceito de inclusão aparece em ruptura com a integração deslocando o enfoque do problema do indivíduo para a sociedade e do aluno para a escola. Aqui a questão não é mais saber quais alunos podem se adaptar a escola regular mas como modificar a escola, e conseqüentemente a sociedade, de tal modo que esta seja apta a acolher todos os alunos sem exceção.

Os principais pontos conceituais que fundamentam a inclusão são: 1. valorizar a diversidade humana afirmando o direito de toda criança de ser reconhecido e

respeitado na sua singularidade; 2. lutar contra a opressão e a exclusão, sob todas as formas; 3. garantir o acesso de cada criança, sem discriminação, à diversas possibilidades educativas, profissionais, sociais, culturais, artísticas, esportivas, etc; 4. estimular e desenvolver a participação crítica, a autonomia e a colaboração de todos no processo educativo, na perspectiva de uma sociedade democrática; 5. proporcionar respostas a cada criança, segundo suas necessidades singulares, por meio de uma pedagogia diversificada: currículo e organização escolares flexíveis, práticas interdisciplinares, aprendizagens contextualizadas, avaliação formativa; 6. passar de uma concepção que atribui à criança as dificuldades de aprendizagem à uma visão que lhes concebe como resultante de uma distorção entre suas necessidades reais, o programa escolar e as estratégias pedagógicas; e 7. valorizar a experiência, efetuar a formação e a profissionalização do conjunto dos atores educativos.

Na prática, entretanto, a inclusão não se efetiva facilmente. A simples mudança de lugar de alunos provenientes das escolas especiais para a escola regular, destinada a todos, é muitas vezes entendida como inclusão. No entanto a inclusão implica na reestruturação das culturas, das políticas e das práticas escolares de tal maneira que elas levem em conta a diversidade dos alunos. Ela procede assim, de questões mais amplamente políticas sobre a natureza da sociedade.

O Brasil, apesar das diversas medidas tomadas na construção de uma escola e sociedade inclusivas, padece de grandes dificuldades agravadas pela situação caótica da educação em geral. Os programas contra o analfabetismo e a fome vêm juntar-se à capacitação de professores, à melhoria de recursos e da acessibilidade no sistema educativo. Entretanto as dificuldades persistem, principalmente no tocante às crianças com necessidades especiais, historicamente excluídas do sistema regular de ensino. Apesar do compromisso com a inclusão, as ações são desconcertadas, carecendo de um referencial que auxilie o processo de construção da escola inclusiva.

A escola que pretenda ser inclusiva sem querer modificar em nada seus hábitos estará fadada ao fracasso. O compromisso ético exige que se abandone os discursos vazios em prol de ações efetivas e coerentes com o movimento inclusivo. Ele demanda, em suma, que se lute contra as situações de discriminação,

favorecendo as rupturas culturais necessárias a uma nova educação e sociedade inclusivas.

5. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Dulce Barros de. Formação de Professores para a Escola Inclusiva. In: Vários Autores. **Formação de Professores: Políticas, concepções e perspectivas**. São Paulo: Alternativa, 2000

AQUINO, Julio Gropa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETI, Lindomar Wessler (Coord.) **Políticas Públicas, Educação e Exclusão Social: educação, exclusão e cidadania**. Ijuí, SC: Unijuí, 1997.

BOURDIEU, Pierre . **O poder simbólico**. Lisboa : Difel, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1995.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Programa Nacional de Direito Humanos**. Brasília, Presidência da República, 1996.

_____. Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca**, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

_____. **Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DE PAULA, Lucília Augusta Lino. Ética, cidadania e Educação Especial. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.2, n. 4, 1996.

FOREST & PEARPOINT. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, Maria Teresa Égler et. Al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon / SENAC, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO FILHO, Teófilo A. Educação Especial e novas tecnologias: o aluno construindo sua autonomia. **Revista INTEGRAÇÃO**, Brasília, MEC, ano 13, n. 23, p. 24-28, 2001.

GLAT, R. & NOGUEIRA, Mário L. De L. Políticas Educacionais e a Formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**. MEC. Secretaria de Educação Especial, v.14, n.24, 2002.

GOFFREDO, V.L.F.S. Como formar professores para uma educação inclusiva. In: **Salto para o Futuro: Educação Especial – Tendências Atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999, 96p.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Política Educacional, Integração e Inclusão Escolar. **Encontro Estadual de Educação: A Inclusão no Cenário Escolar**. São Paulo: SEE/CAPE. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 2 fev 2010.

MEC, SEESP. **Formação de Professores para Educação Inclusiva Integradora**. MEC, SEESP, 1998.

MITTLER, P; MITTLER, P. “Rumo à inclusão”. In: **Pró-Posições**. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, UNICAMP, v. 12, n. 2-3 (35-36), jul-nov.2001.

PERRENOUD, Philippe. **Formando Professores Profissionais – quais Estratégias? Quais Competências?** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

PINTO, Maria Dolores da C. **Sociedade e Educação Inclusivas – Desafios do Final do Século**. In: Mensagem APAE, 1999.

PLAISANCE, Eric. “Qual Integração?” In: **Pró-Posições**. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de UNICAMP. Campinas v. 12, n. 2-3 (35-36), jul/nov. 2001.

PORTARIA n.º 1793 – 27/12/94. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. V. 2, n. 3, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA,1997.

SKLIAR, Carlos. **Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 2 ed. Trad. Edílson Alkmin Cunha. Brasília: CORDE, 1997.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ZALUAR, Alba, **Exclusão e Políticas públicas:** dilemas teóricos e alternativas Políticas. RBCS, vol. N° 35, Rio de Janeiro, outubro, 1997.